

FONTUNCERES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais
e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

FORTUNCERES S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa- método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Fortunceres S.A.
Barretos - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Fortunceres S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidado, da Fortunceres S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração da Companhia é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração da Companhia pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2026.

FONTUNCERES S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	662.069	469.306	663.642	471.370
Contas a receber de clientes	5	1.685.252	482.943	1.698.772	482.943
Estoques	6	422.961	221.513	423.739	222.748
Ativos biológicos	7	130.541	19.123	147.888	31.752
Tributos a recuperar	-	8.030	5.349	8.860	5.827
Total do ativo circulante		<u>2.908.853</u>	<u>1.198.234</u>	<u>2.942.901</u>	<u>1.214.640</u>
Não Circulante					
Outros recebíveis	-	68.821	65.839	68.821	65.839
Partes relacionadas	8	-	-	-	22.945
Investimentos	9	127.324	155.541	-	-
Imobilizado	10	<u>2.335.002</u>	<u>2.380.934</u>	<u>2.445.972</u>	<u>2.527.668</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.531.147</u>	<u>2.602.314</u>	<u>2.514.793</u>	<u>2.616.452</u>
Total do ativo		<u><u>5.440.000</u></u>	<u><u>3.800.548</u></u>	<u><u>5.457.694</u></u>	<u><u>3.831.092</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FONTUNCERES S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Arrendamentos	10.1 (b)	1.362	2.193	1.362	2.193
Fornecedores	11	2.396.746	379.866	2.401.064	383.418
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	87.754	76.122	98.110	88.044
Outras contas a pagar	13	70.001	24.724	70.001	24.724
Total do passivo circulante		2.555.863	482.905	2.570.537	498.379
Não Circulante					
Arrendamentos	10.1 (b)	6.474	7.789	6.474	7.789
Provisões para contingência	15	4.072	-	4.250	-
Partes relacionadas	8	-	-	-	15.070
Total do passivo não circulante		10.546	7.789	10.724	22.859
Patrimônio Líquido	16				
Capital social	16.a.	3.357.927	3.357.927	3.357.927	3.357.927
Prejuízos acumulados		(472.667)	(62.845)	(472.667)	(62.845)
Ajustes de avaliação patrimonial		(11.669)	14.772	(11.669)	14.772
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		2.873.591	3.309.854	2.873.591	3.309.854
Participação de não controladores		-	-	2.842	-
Total do passivo e patrimônio líquido		5.440.000	3.800.548	5.457.694	3.831.092

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FONTUNCERES S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		31/12/2025	31/12/2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Receita operacional líquida	17	9.080.777	691.569	9.205.953	714.859
Custo dos produtos vendidos	-	(8.831.134)	(711.461)	(8.910.892)	(734.441)
Lucro (Prejuízo) bruto		249.643	(19.892)	295.061	(19.582)
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas vendas	18	(432.494)	(16.039)	(432.717)	(16.051)
Despesas administrativas e gerais	18	(148.683)	(21.509)	(190.065)	(29.296)
Outras receitas operacionais	18	(5.422)	40	(5.422)	40
Resultado de equivalência patrimonial		1.208	(6.452)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		(335.748)	(63.852)	(333.143)	(64.889)
Despesas financeiras					
Despesas financeiras	19	(48.494)	(760)	(48.494)	(760)
Receitas financeiras	19	27.522	1.703	27.705	3.277
Variação cambial/monetária líquida	19	(53.102)	64	(53.102)	64
Correção monetária	19	-	-	(1.581)	(537)
Resultado financeiro líquido		(74.074)	1.007	(75.472)	2.044
Prejuízo antes dos impostos		(409.822)	(62.845)	(408.615)	(62.845)
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente		-	-	(1.207)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido		-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(409.822)	(62.845)	(409.822)	(62.845)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(409.822)	(62.845)	(409.822)	(62.845)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(409.822)	(62.845)	(409.822)	(62.845)
Resultado por ação					
Prejuízo (Lucro) básico por ação - R\$		(0,12205)	(0,01872)	(0,12205)	(0,01872)
Prejuízo (Lucro) diluído por ação - R\$		(0,12205)	(0,01872)	(0,12205)	(0,01872)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FONTUNCERES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(409.822)	(62.845)	(409.822)	-
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:				
Ajuste de avaliação patrimonial	(26.441)	14.772	(26.441)	14.772
Resultado abrangente total, líquido de impostos	(436.263)	(48.073)	(436.263)	14.772
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(436.263)	(48.073)	(436.263)	14.772
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(436.263)	(48.073)	(436.263)	14.772

A: As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FONTUNCERES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas - Controladora e consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio
Saldos em 1º de janeiro de 2025	3.357.927	14.772	(62.845)	3.309.854	-	3.309.854
Prejuízo do exercício	-	-	(409.822)	(409.822)	-	(409.822)
Ajustes acumulados de conversão	-	(26.441)	-	(26.441)	-	(26.441)
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	(26.441)	(409.822)	(436.263)	-	(436.263)
Participação de não controladores	-	-	-	-	2.842	2.842
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>3.357.927</u>	<u>(11.669)</u>	<u>(472.667)</u>	<u>2.873.591</u>	<u>2.842</u>	<u>2.876.433</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FONTUNCERES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas - Controladora e consolidado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024 (não auditado)	10	-	-	10
Prejuízo do exercício	-	-	(62.845)	(62.845)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	14.772	-	14.772
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	10	14.772	(62.845)	(48.063)
Aumento capital social	3.357.917	-	-	3.357.917
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.357.927	14.772	(62.845)	3.309.854

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FONTUNCERES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controlada		31/12/2025	31/12/2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício	DRE	(409.822)	(62.845)	(409.822)	(62.845)
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	190.342	31.341	201.028	33.488
Provisão para riscos processuais fiscais, trabalhistas e cíveis	15	4.072	-	4.250	-
Juros sobre arrendamento		704	126	704	126
Resultado de equivalência patrimonial	9	(1.208)	6.452	-	-
Correção monetária	19	-	-	1.581	537
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(1.207.972)	(554.131)	(1.221.844)	(554.609)
Estoques		(201.448)	(221.513)	(200.991)	(222.748)
Tributos a recuperar		(111.418)	(19.123)	(116.136)	(31.752)
Fornecedores		2.016.880	379.866	2.017.646	383.418
Obrigações trabalhistas e tributárias		11.632	76.122	10.066	88.044
Outras contas a pagar		45.277	24.724	45.277	24.724
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades operacionais		337.039	(338.981)	331.759	(341.617)
Fluxo de caixa decorrente de atividade de investimento					
Aquisição de investimentos	9	2.984	(151.092)	2.984	(151.092)
Aquisição de imobilizado, líquido	10	(144.410)	(13.936)	(144.411)	(13.936)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(141.426)	(165.028)	(141.427)	(165.028)
Fluxo de caixa decorrente de atividade de financiamento					
Arrendamentos		(2.850)	(238)	(2.850)	(238)
Partes relacionadas		-	-	7.875	(7.875)
Integralização do capital em dinheiro		-	947.221	-	947.221
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(2.850)	946.983	5.025	939.108
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		-	26.322	(3.085)	38.897
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		192.763	469.296	192.272	471.360
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	469.306	10	471.370	10
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	662.069	469.306	663.642	471.370
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		192.763	469.296	192.272	471.360

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Informações gerais

A Fortunceres S.A. ("Companhia") é uma Companhia de capital fechado, e tem como as principais atividades da Companhia incluem o abate e processamento de carnes; comercialização de carnes in natura resfriadas, congeladas e processadas, e exportação de gado vivo.

Controladora

A Companhia foi adquirida em 28 de outubro de 2024 e tem sua sede social localizada na Av. Antônio Manso Bernardes, nº 1.000, sala 01- Bairro Oriente, Barretos (SP), com unidades de produção nacional localizadas em Tangará da Serra (MT) Alegrete (RS), São Gabriel (RS) Bagé (RS) Porto Murtinho (MS) Pontes Lacerda (MT) Pirenópolis (GO), Mineiros (GO), Chupinguaia (RO) Bataguassu (MS) Tucumã (PA) e tendo como controlada no exterior a planta da Mercobeef S.A situada em Vila Mercedes na Argentina. Todas as plantas estão em conformidade com os requisitos sanitários para exportar para diversos países nos 5 continentes.

Em 31 de dezembro de 2025, o parque industrial (consolidado) de bovinos da Companhia tinha uma capacidade diária de abate e desossa de 10.849 cabeças/dia levando em consideração a controlada no exterior da planta da Mercobeef S.A situada em Vila Mercedes na Argentina.

Empresas controladas diretas

Controladas diretas localizadas no Brasil

- Mercobeef S.A.: localizada em Villa Mercedes, San Luis, na Argentina a subsidiária foi adquirida em outubro de 2024, tendo como principais atividades o abate e processamento de carnes; comercialização de carnes in natura resfriadas, congeladas e processadas sendo a mesma controlada pela Fortunceres S.A.

A controlada direta acima citada compõem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. A participação da controlada, diretamente, está sendo apresentada na tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Controladas diretas		
Mercobeef S.A.	98,00%	100,00%

Economia hiperinflacionária - Argentina

Em 30 de junho de 2018, de acordo com a avaliação realizada por diferentes participantes do mercado, a economia argentina foi considerada como hiperinflacionária desde 1º de julho de 2018, com resultado da desvalorização do peso argentino e do incremento do nível geral de preços observado em exercícios recentes. A inflação acumulada nos últimos três anos superou a marca de 100%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o IAS 29 (CPC 42), os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado das subsidiárias que atuam em uma economia altamente inflacionária devem ser corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. Os reflexos deste impacto inflacionário decorrem de nossas controladas localizadas na Argentina e têm sido apurados de forma consistente em nossas demonstrações contábeis individuais e consolidadas desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em consonância com os requerimentos da Norma Contábeis NBC TG 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária e ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42 (NBC TG 42).

Conflito geopolítico

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e continua envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação advindas de certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, na avaliação da Administração da Companhia, não impactaram as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025

2. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Declaração de conformidade

As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária. As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2026.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações reconhecidas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros e ativos biológicos, os quais são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera.

Ao definir a moeda funcional de cada uma de sua controlada a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Todas As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

c) Operações no exterior

A empresa controlada direta no exterior adotou a seguinte moeda funcional para as demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2025:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Moeda Dólar norte americano (US\$) - Mercobeeff S.A.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, quando aplicável, estão adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e estão convertidas para Reais - R\$ por meio dos seguintes procedimentos:

- Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real - R\$, na data dos respectivos balanços patrimoniais;
- No último balanço patrimonial levantado correspondente ao Patrimônio Líquido (PL) convertido à taxa do câmbio histórica vigente naquela época e as mutações do PL do exercício corrente são convertidas pelas taxas de câmbio históricas das datas em que ocorreram as transações, notando que o lucro ou prejuízo auferido é convertido e acumulado a uma taxa de câmbio média mensal histórica como indicado no tópico seguinte;
- As receitas, custos e despesas do exercício corrente são convertidos e acumulados a uma taxa de câmbio média mensal histórica;
- As variações dos saldos de câmbio decorrentes dos itens precedentes citados acima são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na rubrica de "Outros resultados abrangentes".

Estão eliminados os saldos de investimentos, de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações efetuadas entre as Empresas do "Grupo Minerva" que compõem as demonstrações contábeis consolidadas.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações e saldos em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional estabelecida, são convertidas pela taxa de câmbio histórica das datas de cada transação, conforme determinado pelo CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos sujeitos à variação cambial estão atualizados pelas taxas das respectivas moedas vigentes no último dia útil de cada exercício apresentado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de "outros resultados abrangentes" e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. Os itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

e) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisitadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas e julgamentos materiais são: Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas de crédito esperada; Imposto de renda e contribuição social diferidos; Revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado; Análise da recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis; Ajuste a valor justo dos ativos biológicos; Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; e Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

f) Base de consolidação

Combinações de negócio

Aquisições efetuadas a partir 1º de janeiro de 2009

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensurou o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na Empresa adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido dos ativos identificáveis e passivos assumidos a valor justo, todos mensurados na data de aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia define se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia e sua controlada incorrem com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

Controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as empresas do "Grupo", e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas entidades investidas. Prejuízos não realizados não são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

g) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações financeiras de liquidez imediata. Vide Nota Explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia e sua controlada.

h) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada estão registrados de acordo com o pronunciamento contábil adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, no qual todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

Reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias:

- i) Ativos mensurados ao custo de amortização;
- ii) Valor justo por meio do resultado; ou
- iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

- Custo amortizado: os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as condições forem atendidas: i) os ativos financeiros forem mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia reconhecerá suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

- Valor justo por meio do resultado: os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* juntamente com outros resultados líquidos diretamente no resultado;
- Valor justo por meio do resultado abrangente: os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas a juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida: rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". Na renúncia do reconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; ou ii) instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo.

Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

- Desreconhecimento de ativos financeiros: os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a entidade detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- Passivo financeiro ao custo amortizado: a Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, debêntures e fornecedores;
- Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado: os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado, são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado; e
- Desreconhecimento de passivos financeiros: os passivos financeiros são baixados apenas quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

A Companhia também renuncia o reconhecimento de um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

São constituídas Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo.

j) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

k) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em data anterior à promulgação da Lei nº 11.638/2007, vigente desde 1º de janeiro de 2008, desta forma, não se fazendo necessária à época a avaliação do custo atribuído (*Deemed Cost*).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis estão sendo capitalizados desde 1º de janeiro de 2009.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de sua controlada, originados de operações de arrendamento, são registrados como um direito de uso reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de arrendamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou prazo de arrendamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com base nas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas pela Administração da Companhia, apoiada em estudos técnicos para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Edifícios	4,74% a.a.	4,74% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	10% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.	10% a.a.
Veículos	20% a.a.	20% a.a.
Hardware	20% a.a.	20% a.a.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são atualizados e revistos no mínimo a cada encerramento de exercício e, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

l) Arrendamentos

Os contratos são considerados como arrendamentos quando atenderem cumulativamente as condições a seguir:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor;
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado antes do início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

m) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução a seu valor recuperável.

Ágio decorrente de aquisição de controlada

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "Ágio", no consolidado.

n) Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment test*")

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada avaliam anualmente se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável quando houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e verificando-se que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, imediatamente é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo, ou de uma determinada Unidade Geradora de Caixa (UCG), é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, definidos em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito no mínimo anualmente, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (UCG), conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

o) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de sua controlada, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia e sua controlada consideram o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia e sua controlada, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 9,5% ao ano, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia e sua controlada, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão.

Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Companhia e sua controlada são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados.

Os cálculos e análises são revisados anualmente.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido da Companhia e sua controlada localizadas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

r) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

s) Benefícios a empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos dos respectivos pronunciamentos contábeis.

t) Reconhecimento da receita de vendas

As receitas da Companhia e sua controlada derivam essencialmente da venda de produtos, que são reconhecidas quando a obrigação de desempenho é atendida. As receitas reconhecidas tanto no mercado interno como no mercado externo, estão sujeitas a avaliações e julgamentos pela Administração da Companhia e de sua controlada na determinação do seu reconhecimento contábil.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre as vendas. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas pelo valor da contrapartida à qual a Companhia e sua controlada esperam ter direito, deduzidas de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a Companhia e sua controlada satisfaçam sua obrigação de desempenho. A abertura da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa nº 16.

u) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

v) Informações por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

w) Novas normas, alterações e interpretações:

As emissões/alterações de normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)* que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2026 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da adoção destas normas:

- Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil de desreconhecimento passivos financeiros, classificação de ativos financeiros e divulgações relacionadas. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios que se iniciam em /ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações contábeis da adoção dessas alterações e, até a presente data, não espera efeitos materiais em suas Demonstrações Contábeis;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7: Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza. Esclarece aspectos relacionados a aplicação e divulgação de contratos de compra e venda expostos a variação na geração de eletricidade dependente de condições naturais não controláveis e instrumentos financeiros relacionados. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Emissão da Norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: A Companhia iniciou, em 2025, o projeto de avaliação e implementação do IFRS 18, norma que substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes, fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários e trará mudanças relevantes na forma de apresentação do desempenho financeiro e na estrutura das demonstrações financeiras. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis.

O projeto está sendo conduzido com o suporte de consultoria externa especializada, em conjunto com as áreas internas envolvidas, incluindo Contabilidade, Controladoria, Fiscal, Planejamento Financeiro e Tecnologia da Informação. As atividades em andamento contemplam o diagnóstico inicial dos impactos, o mapeamento das principais mudanças requeridas pela norma, bem como a definição de diretrizes contábeis e operacionais para sua aplicação.

A Companhia estabeleceu um cronograma formal de implementação, que inclui as fases de diagnóstico, desenho das soluções, adequações de processos e sistemas, testes e capacitação das equipes, de modo a assegurar a adoção tempestiva e consistente do IFRS 18 a partir de 1º de janeiro de 2027, sua data de vigência obrigatória.

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Administração encontra-se avaliando os impactos potenciais da nova norma sobre a apresentação e divulgação das informações financeiras. Os efeitos quantitativos ainda estão em fase de análise e serão divulgados oportunamente, conforme o avanço do projeto e a conclusão das avaliações necessárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Emissão da Norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações: esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Melhorias anuais nas normas IFRS: efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade - IFRS S1: Estabelece os requisitos gerais para a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade abrangendo os princípios para o reporte de riscos e oportunidades que sejam úteis para os usuários na tomada de decisões. Tais requisitos passam a ser obrigatórios para companhias abertas a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando as medidas necessárias para assegurar sua conformidade com as novas exigências; e
- Divulgação de Informações Relacionadas ao Clima - IFRS S2: Estabelece os requisitos gerais para a divulgação de informações relacionadas ao clima, divulgações específicas sobre riscos físicos, riscos de transição e oportunidades climáticas. Tais requisitos passam a ser obrigatórios para companhias abertas a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando as medidas necessárias para assegurar sua conformidade com as novas exigências.

x) Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o Pis e a Cofins, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto, a qual a Companhia está em conformidade nos procedimentos de emissão de notas fiscais.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada encontram-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	651	474	2.224	2.538
Disponibilidades em moedas estrangeiras	572.139	-	572.139	-
Total	572.790	474	574.363	2.538
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Certificado Depósito Bancário (CDB)	3.879	2.796	3.879	2.796
Debêntures	85.400	466.036	85.400	466.036
Total	89.279	468.832	89.279	468.832
Total	662.069	469.306	663.642	471.370

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram classificadas conforme suas características e sua intenção, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que correspondem ao nível 2 da hierarquia do valor justo e estão demonstradas resumidamente como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nível 2 da Hierarquia do valor justo)	89.279	468.832	89.279	468.832
Total	<u>89.279</u>	<u>468.832</u>	<u>89.279</u>	<u>468.832</u>

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Duplicatas a receber - mercado interno	89.953	160.347	103.473	160.347
Duplicatas a receber - mercado externo	543.490	4.812	543.490	4.812
Duplicatas a receber - partes relacionadas	1.051.809	317.784	1.051.809	317.784
Total	<u>1.685.252</u>	<u>482.943</u>	<u>1.698.772</u>	<u>482.943</u>
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
Total	<u>1.685.252</u>	<u>482.943</u>	<u>1.698.772</u>	<u>482.943</u>

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	1.528.391	473.812	1.541.911	473.812
Vencidas				
Até 30 dias	133.501	9.131	133.501	9.131
De 31 a 60 dias	6.914	-	6.941	-
De 61 a 90 dias	10.791	-	10.791	-
De 91 a 180 dias	5.655	-	5.655	-
Total	<u>1.685.252</u>	<u>482.943</u>	<u>1.698.772</u>	<u>482.943</u>

As perdas esperadas são estimadas com base em análises históricas e situação atual dos clientes. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como suas reversões, são registradas na demonstração do resultado na Rubrica "Despesas com vendas". Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não havia perdas esperadas registradas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	395.064	186.969	395.064	186.969
Almoxarifados e materiais secundários	27.897	34.544	28.675	35.779
Total	<u>422.961</u>	<u>221.513</u>	<u>423.739</u>	<u>222.748</u>

Não há produtos acabados cujo valor de mercado seja inferior ao custo e a Companhia não possui estoques dados em garantia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Programa de Integração Social (PIS)	29.783	2.933	29.783	2.933
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	82.940	13.511	82.940	13.511
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	13.512	2.558	13.512	2.558
IRPJ e CSLL	3.474	121	3.474	121
IVA	-	-	13.146	12.280
Outros tributos a recuperar	832	-	5.033	349
Total	130.541	19.123	147.888	31.752
Circulante	130.541	19.123	147.888	31.752
Não circulante	-	-	-	-

PIS e a COFINS

Os créditos do PIS e da COFINS são provenientes da alteração da legislação tributária, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, que instituíram a não cumulatividade para esses tributos, gerando crédito para empresas exportadoras.

Em 30 de maio de 2018, a Receita Federal do Brasil (RFB) emitiu a Lei nº 13.670, que permitiu a compensação desses créditos para pagamento de débitos previdenciários, reduzindo assim, significativamente o acúmulo dos créditos.

Atualmente, a Companhia encontra-se em processo de fiscalização por parte da Receita Federal do Brasil (RFB) de grande parte dos pedidos de ressarcimento destes créditos, o que deve ocorrer a partir do ano de 2026.

ICMS

Os créditos de ICMS são ocasionados pelo fato de as exportações da Companhia atingirem valores superiores às vendas no mercado interno, gerando créditos que, depois de homologados pela Secretária da Fazenda Estadual, são utilizados para compra de insumos para produção, podendo também serem vendidos a terceiros, conforme previsto na Legislação vigente.

8. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, realizadas em condições de mercado estão sumarizadas em tabelas demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Mútuos a receber		
Swift S.A. (a)	-	22.945
Total	-	22.945

(a) Empréstimo efetuado à Swift S.A., a ser reembolsado.

FORTUNCERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Mútuos a pagar		
Swift S.A. (a)	-	15.070
Total	-	15.070

(a) Empréstimo efetuado pela Swift S.A. à Mercobeeff S.A.

A Companhia, no entendimento da plena integração das suas operações com suas controladas, realiza transações de repasse de caixa, como parte do plano de negócios do Grupo Minerva, buscando sempre minimizar o custo de suas captações.

Os demais saldos e transações com partes relacionadas encontram-se apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar - Fornecedores				
Minerva S.A.	251.132	19.878	252.132	19.878
Swift Argentina	144	-	144	-
Total	251.276	19.878	251.276	19.878

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes				
Minerva S.A.	247.364	317.784	247.364	317.784
Beef Paraguay S.A.	128	-	128	-
Frigomerc S.A.	4.369	-	4.369	-
Frigorífico Carrasco	1.047	-	1.047	-
Minerva Foods Chile	146.555	-	146.555	-
Minerva Foods DMCC	210.445	-	210.445	-
Minerva Foods FZE	15.805	-	15.805	-
Minerva Meats USA INC.	404.390	-	404.390	-
Swift Argentina S.A.	21.706	-	21.706	-
Total	1.051.809	317.784	1.051.809	317.784

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de vendas				
Minerva S.A.	2.521.854	127.289	2.521.854	127.289
Minerva Dawn Farms S.A.	4	-	4	-
Beef Paraguay S.A.	126	-	126	-
Frigorífico Carrasco	1.836	-	1.836	-
Swift Argentina	55.608	-	55.608	-
Minerva Foods Chile	146.958	-	146.958	-
Minerva FZE	83.019	-	83.019	-
Minerva DMCC	718.494	-	718.494	-
Minerva Meats USA INC.	573.140	-	573.140	-
Total	4.101.039	127.289	4.101.039	127.289

Compras				
Minerva S.A.	302.125	19.064	302.125	19.064
Total	302.125	19.064	302.125	19.064

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Adiantamento a Fornecedores			
Minerva S.A.	78	-	-	-
Total	78	-	-	-

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram registradas quaisquer provisões para perdas esperadas com créditos, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

FORTUNCERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

A movimentação dos investimentos da Minerva S.A. em controladas está demonstrada a seguir:

	Participação Percentual	Saldos em 31/12/2024	Resultados abrangentes	Baixa por Alienação	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2025
Mercobeeff S.A. Investimentos	98,00%	155.541	(26.441)	(2.984)	1.208	127.324
		155.541	(26.441)	(2.984)	1.208	127.324
Investimentos Líquidos		<u>155.541</u>	<u>(26.441)</u>	<u>(2.984)</u>	<u>1.208</u>	<u>127.324</u>

(*) Informações consolidadas das seguintes empresas (Vide Nota Explicativa nº 1):

Sumário das demonstrações contábeis das controladas em 31 de dezembro de 2025:

	Participação percentual	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Mercobeeff S.A.	98,00%	34.048	110.970	14.674	178	127.324
Total		<u>34.048</u>	<u>110.970</u>	<u>14.674</u>	<u>178</u>	<u>127.324</u>

A seguir, apresentamos o resultado da controlada que teve movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício
Mercobeeff S.A.	125.176	1.208	23.290	(6.452)
Total	<u>125.176</u>	<u>1.208</u>	<u>23.290</u>	<u>(6.452)</u>

Todos os valores estão expressos a 100% dos resultados das controladas.

FORTUNCERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

a) Composição do imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024*

Controladora:

	% - Taxa média ponderada de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Edifícios	4,74%	2.068.762	(78.840)	1.989.922	2.046.908
Máquinas e equipamentos	10,00%	283.464	(138.228)	145.236	244.572
Móveis e utensílios	10,00%	11.220	(1.288)	9.932	10.792
Veículos	20,00%	437	(102)	335	423
Hardware	20,00%	8.529	(612)	7.917	8.442
Terrenos		28.906	-	28.906	28.906
Imobilizações em andamento		145.269	-	145.269	30.998
Total		<u>2.546.587</u>	<u>(219.070)</u>	<u>2.327.517</u>	<u>2.371.041</u>

Consolidado:

	% - Taxa média ponderada de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Edifícios	4,74%	2.248.237	(217.725)	2.030.512	2.100.375
Máquinas e equipamentos	10,00%	427.164	(221.336)	205.828	325.838
Móveis e utensílios	10,00%	12.216	(1.749)	10.467	12.707
Veículos	20,00%	2.800	(1.574)	1.226	423
Hardware	20,00%	8.529	(612)	7.917	8.442
Terrenos		37.268	-	37.268	38.992
Imobilizações em andamento		145.269	-	145.269	30.998
Total		<u>2.881.483</u>	<u>(442.996)</u>	<u>2.438.487</u>	<u>2.517.775</u>

(*) O ativo imobilizado deve ser considerado somando o valor do ativo de direito de uso na Nota 10.1.(a).

FORTUNCERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação sumária do imobilizado no exercício de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Controladora:

	Edifícios	Máq. e equipam.	Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Obras em andamento	Total
Saldo 1º de janeiro de 2025	2.046.908	244.572	10.792	423	8.442	28.906	30.998	2.371.041
Adições	-	29	-	-	-	-	144.426	144.455
Transferências	14.795	15.099	245	-	16	-	(30.155)	-
Alienações	-	(45)	-	-	-	-	-	(45)
Depreciação	(71.781)	(114.419)	(1.105)	(88)	(541)	-	-	(187.934)
Saldos 31 de dezembro de 2025	<u>1.989.922</u>	<u>145.236</u>	<u>9.932</u>	<u>335</u>	<u>7.917</u>	<u>28.906</u>	<u>145.269</u>	<u>2.327.517</u>

Consolidado:

	Edifícios	Máq. e equipam.	Móveis e Utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Obras em andamento	Total
Saldo 1º de janeiro de 2025	2.100.375	325.838	12.707	423	8.442	38.992	30.998	2.517.775
Adições	-	30	-	-	-	-	144.426	144.456
Transferências	14.795	15.797	245	(698)	16	-	(30.155)	-
Alienações	-	(45)	-	-	-	-	-	(45)
Depreciação	(75.518)	(121.158)	(1.251)	(152)	(541)	-	-	(198.620)
Ajuste de conversão	(19.771)	(30.949)	(709)	903	-	(3.729)	-	(54.255)
Correção Monetária de Balanço	10.631	16.315	(525)	750	-	2.005	-	29.176
Saldos 31 de dezembro de 2025	<u>2.030.512</u>	<u>205.828</u>	<u>10.467</u>	<u>1.226</u>	<u>7.917</u>	<u>37.268</u>	<u>145.269</u>	<u>2.438.487</u>

c) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de obras e instalações em andamento correspondem aos seguintes principais projetos: ampliação do estoque da graxaria para atender aos mercados mais rentáveis, aplicação de tecnologia em produtos, visando melhoria e eficiência, além de atendimento às normas regulamentadoras (NRs), segurança do trabalho, automação no sistema de pesagem automática e benfeitorias nas plantas frigoríficas.

d) Provisão para o valor recuperável de ativos

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia e sua controlada avaliam a recuperabilidade de seus ativos.

10.1. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia e sua controlada adotaram inicialmente o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento operacional e financeiro. Esta norma substituiu as normas de arrendamento existentes à época, incluindo o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Operações de Arrendamento o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento.

O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço.

A Administração da Companhia e sua controlada avaliaram os impactos da nova norma e optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos exercícios comparativos.

Os seguintes critérios foram adotados no reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes;
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 06 (R2) inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Companhia e sua controlada na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019:

- (i) Contratos cujo prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento;
- (ii) Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

A seguir, apresentamos a tabela com o resumo dos impactos na transição e movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

a) Direito de uso em arrendamento:

Controladora:

	Edifícios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.893	9.893
Adições	-	-
Baixas	-	-
Depreciação	(2.408)	(2.408)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>7.485</u>	<u>7.485</u>

Consolidado:

	Edifícios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.893	9.893
Adições	-	-
Baixas	-	-
Depreciação	(2.408)	(2.408)
Ajuste de conversão	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>7.485</u>	<u>7.485</u>

b) Passivo de arrendamento:

Controladora:

	Edifícios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.982	9.982
Adição	-	-
Baixas	-	-
Juros apropriados no exercício (resultado)	704	704
Baixa por pagamento	(2.850)	(2.850)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>7.836</u>	<u>7.836</u>
Passivo circulante	1.362	1.362
Passivo não circulante	6.474	6.474
Total do passivo	<u>7.836</u>	<u>7.836</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado:

	Edifícios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.982	9.982
Adição	-	-
Baixas	-	-
Juros apropriados no exercício (resultado)	704	704
Baixa por pagamento	(2.850)	(2.850)
Ajuste de Conversão	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>7.836</u>	<u>7.836</u>
Passivo circulante	1.362	1.362
Passivo não circulante	<u>6.474</u>	<u>6.474</u>
Total do passivo	<u>7.836</u>	<u>7.836</u>

A Companhia e sua controlada registram a amortização de seus softwares, de acordo com o exercício determinado contratualmente pela "licença de uso", quando adquirido de terceiros ou, pelo prazo de utilização estimado pela Companhia e sua controlada, para os softwares desenvolvidos internamente. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa média ponderada de amortização é de 20%.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais, no mínimo anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Como resultado do teste de *impairment*, realizado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas perdas para as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) da Companhia.

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Nacionais	613.924	359.988	618.242	363.540
Estrangeiros	5.318	-	5.318	-
Convênios (i)	1.526.228	-	1.526.228	-
Partes relacionadas	251.276	19.878	251.276	19.878
Total	<u>2.396.746</u>	<u>379.866</u>	<u>2.401.064</u>	<u>379.866</u>

Fornecedores por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	2.396.943	379.866	2.401.261	383.418
Vencidas:				
Até 30 dias	99	-	99	-
De 31 a 60 dias	98	-	98	-
De 61 a 90 dias	141	-	141	-
De 91 a 180 dias	(535)	-	(535)	-
Total	<u>2.396.746</u>	<u>379.866</u>	<u>2.401.064</u>	<u>383.418</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Fornecedores convênios

“Fornecedores convênio” é formado a partir de transações mercantis recorrentes entre a Companhia e seus fornecedores de matéria-prima. Os convênios firmados atendem aos interesses mútuos no que tange à liquidez e capital de giro de cada parte, e são firmados em decorrência de eventuais variações conjunturais no nível da demanda e oferta de matéria-prima. A partir da negociação comercial entre fornecedores e a Companhia, são gerados passivos financeiros que integram programas de captação de recursos por meio de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras, o que possibilita aos fornecedores anteciparem recebíveis no curso normal das compras efetuadas pela Companhia, com o custo financeiro médio de 1,57% a.m. em 31 de dezembro de 2025.

Por preservar as condições negociais com os fornecedores, estas transações foram avaliadas pela Administração e concluiu-se que possuem características comerciais, portanto, a Companhia mantém essas operações classificadas na Rubrica “Fornecedores”.

12. Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas				
Salários e <i>pró-labore</i>	13.623	10.531	15.119	13.070
Encargos sociais - FGTS e INSS (empregados e terceiros)	14.474	11.674	18.152	15.738
Provisão de férias/13 ^o e encargos	43.335	38.867	47.864	44.157
Outros proventos e encargos	5.287	2.959	5.287	2.959
Total trabalhista	76.719	64.031	86.422	75.924
Tributárias				
ICMS a recolher	4.290	5.849	4.290	5.849
IRPJ	85	-	85	-
Funrural a recolher	4.065	1.977	4.065	1.977
Outros tributos e taxas	2.595	4.265	3.248	4.294
Total tributárias	11.035	12.091	11.688	12.120
Total geral	87.754	76.122	98.110	88.044
Circulante	87.754	76.122	98.110	88.044
Não circulante	-	-	-	-

13. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos recebidos (a)	55.574	8.231	55.574	8.231
Outras provisões operacionais	14.427	16.493	14.427	16.493
Total	70.001	24.724	70.001	24.724
Circulante	70.001	24.724	70.001	24.724
Não circulante	-	-	-	-

(a) Valores recebidos antecipadamente de clientes da Companhia de acordo com a política de crédito definida pela Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - Tributos correntes

a) Corrente - a pagar

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

b) Reconciliação dos saldos e das despesas de imposto de renda e contribuição social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos	(409.822)	(62.845)	(408.615)	(62.845)
Adições				
Diferenças temporárias	7.185	-	7.185	-
Diferenças permanentes	11.453	6.811	11.453	6.811
Exclusões				
Diferenças permanentes	(14.690)	(238)	(14.690)	(238)
Base de cálculo dos tributos	(405.874)	(56.272)	(404.667)	(56.272)
Compensações				
Base de cálculo após prejuízo a compensar	(405.874)	(56.272)	(404.667)	(56.272)
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda a pagar	-	-	(1.207)	-
CSLL a pagar	-	-	-	-
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	-	-	-	-
Alíquota efetiva (%)	-	-	(0,30) %	-

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, leia-se Lei nº 12.973/2014.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Com base em estudos e projeções efetuados para os exercícios seguintes e considerando os limites fixados pela legislação vigente, a expectativa da Administração da Companhia é de que os créditos tributários existentes sejam realizados no prazo máximo de dez anos.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais, base negativa e das diferenças temporárias não sejam tomadas como indicativo de lucros líquidos futuros.

Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. Em dezembro de 2024 foi publicada a Lei nº 15.079, que institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no processo de adaptação da legislação brasileira às regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária - Regras GloBE. A referida legislação entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. Até a presente data, a Companhia vem estudando a nova legislação e espera não ser materialmente afetada por essas regras.

15. Provisões para riscos processuais fiscais, trabalhistas e cíveis

Sumários dos passivos contingentes contabilizados

A Companhia e suas controladas são partes integrantes em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e melhores estimativas de sua Administração. As principais informações desses processos encontram-se assim representadas:

FORTUNCERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para reclamações trabalhistas	4.072	-	4.250	-
Total	4.072	-	4.250	-

Controladora:

	Ações trabalhistas	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2024	-	-
Provisões constituídas durante o exercício	-	-
Provisões revertidas durante o exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-
Provisões constituídas durante o exercício	4.072	4.072
Provisões revertidas durante o exercício	-	-
Saldos Em 31 de dezembro de 2025	4.072	4.072

Consolidado:

	Ações trabalhistas	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2024	-	-
Provisões constituídas durante o exercício	-	-
Provisões revertidas durante o exercício	-	-
Ajustes de conversão do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-
Provisões constituídas durante o exercício	4.250	4.250
Provisões revertidas durante o exercício	-	-
Ajustes de conversão do exercício	-	-
Saldos Em 31 de dezembro de 2025	4.250	4.250

Contingências trabalhistas

A maior parte dessas reclamações trabalhistas envolvem reivindicações de horas extras, horas "in itinere", adicional de insalubridade e pausa térmica. Com base no posicionamento dos advogados patrocinadores dessas demandas judiciais e experiência acumulada pela Administração em casos semelhantes, foram estabelecidas provisões para as ações trabalhistas, cuja estimativa é provável de perda. Em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 4.072 na controladora e R\$ 4.250 no consolidado, (em 31 de dezembro de 2024 não havia saldos provisionados na controladora e no consolidado).

Outros processos (expectativa de perda possível)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento outros processos de natureza trabalhista (Ações Cíveis Públicas) e processos previdenciários. Na referida data (bem como em 31 de dezembro de 2024), tais processos não apresentavam valores individual ou conjuntamente relevantes para divulgação adicional segundo a avaliação da Administração.

16. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, está representado pelo montante de R\$ 3.357.927 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2025), representados por 3.357.927 (ações em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravame.

b. Prejuízos acumulados

Estes prejuízos acumulados foram constituídos à base do saldo remanescente dos prejuízos líquidos advindos dos resultados dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, é registrado basicamente a variação de instrumentos (diretas e reflexas) em moeda estrangeira e que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

De acordo com o CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, por força da vigência do CPC 02 (R2) antes da data de adoção inicial, os optantes pela primeira vez ao IFRS devem zerar os saldos de variação cambial de investimentos registrados no patrimônio líquido (sobre a rubrica de ajustes acumulados de conversão) transferindo-os para lucros ou prejuízos acumulados (sobre a rubrica de reserva de lucros), bem como divulgar a política de distribuição de resultados aplicável a tais saldos. Cabendo ressaltar que a Companhia não computa esses ajustes para distribuição de resultados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita operacional líquida

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável e outras contas de controle.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de venda de produtos - mercado interno	3.132.162	497.360	3.259.411	520.650
Receita de venda de produtos - mercado externo	6.410.783	254.009	6.410.783	254.009
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	(462.168)	(59.800)	(464.241)	(59.800)
Receita operacional líquida	<u>9.080.777</u>	<u>691.569</u>	<u>9.205.953</u>	<u>714.859</u>

18. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Classificados como:				
Despesas com vendas	(432.494)	(16.039)	(432.717)	(16.051)
Despesas gerais e administrativas	(148.683)	(21.509)	(190.065)	(29.296)
Outras receitas operacionais	(5.422)	40	(5.422)	40
Total	<u>(586.599)</u>	<u>(37.508)</u>	<u>(628.204)</u>	<u>(45.307)</u>
Despesas por natureza:				
Despesas variáveis de venda	(417.431)	(15.804)	(417.654)	(15.816)
Despesas gerais administrativos e comerciais	(55.242)	(4.265)	(96.624)	(7.972)
Despesas pessoais administrativos e comerciais	(85.254)	(13.855)	(85.254)	(15.788)
Despesas com depreciação e amortização	(23.250)	(3.624)	(23.250)	(5.771)
Outras receitas e despesas operacionais	(5.422)	40	(5.422)	40
Total	<u>(586.599)</u>	<u>(37.508)</u>	<u>(628.204)</u>	<u>(45.307)</u>

19. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	27.522	1.703	27.522	3.277
Receitas com variações cambiais e monetária	163.551	-	163.551	-
Outras receitas financeiras	-	-	183	-
Total	<u>191.073</u>	<u>1.703</u>	<u>191.256</u>	<u>3.277</u>
Despesas financeiras				
Juros com financiamentos	-	-	-	-
Outras despesas/receitas financeiras	(48.494)	(760)	(48.494)	(760)
Total	<u>(48.494)</u>	<u>(760)</u>	<u>(48.494)</u>	<u>(760)</u>
Variação cambial líquida	(216.653)	64	(216.653)	64
Correção monetária de balanço (i)	-	-	(1.581)	(537)
Resultado financeiro líquido	<u>(74.074)</u>	<u>1.007</u>	<u>(75.472)</u>	<u>2.044</u>

- (i) Refere-se a atualização monetária de economia hiperinflacionária, no caso, a Argentina, e conforme norma contábil, os ganhos e perdas na posição monetária líquida dever ser incluídos no resultado e divulgados separadamente.

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber e contas a pagar.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência desses, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Companhia não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está sujeita aos fatores de:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de suas operações.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

Riscos de preços na compra de gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da administração, como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão desse risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas e confinamento de gado, que garantam a realização de seus estoques em um determinado patamar de preços.

21. Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2025 podem ser assim demonstradas:

	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Incêndio e riscos diversos	997.332
Instalações e equipamentos	Incêndio e riscos diversos	997.805
Total		<u>1.995.137</u>

A Companhia e sua controlada mantêm cobertura para todos os produtos transportados no País e no exterior. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

A Companhia possui seguro patrimonial de edifícios para todas as fábricas e centros de distribuição.